

ANEXO 8

TERMO DE OUTORGA N.º XXX/2024

OUTORGANTE:	FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA		
OUTORGADO(A):			
CPF:		RG/ÓRGÃO EMISSOR:	
ENDEREÇO:			
PROCESSO:			
EVENTO:			
PERÍODO/ LOCAL:			
VALOR GLOBAL DA CONCESSÃO:			
INSTITUIÇÃO:			
VIGÊNCIA:	Da data de assinatura do presente instrumento até 30 (trinta) dias após o fim da realização do Evento.		

A FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS – FAPESPA, Fundação Pública vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica – SECTET, com sede à Av. Presidente Vargas, n.º 670, Bairro: Campina, CEP: 66.017-000, Belém/PA, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.025.418/0001-28, doravante denominada OUTORGANTE, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, Dr. MARCEL DO NASCIMENTO BOTELHO, nomeado através do Decreto Governamental s/n, publicado no DOE n.º 34.663, de 09/08/2021, defere ao(à) OUTORGADO(A), acima qualificado(a), apoio financeiro ao projeto especificado no presente instrumento, doravante denominado Termo de Outorga, em conformidade com as normas legais vigentes no Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Emenda Constitucional n.º 85/15, Lei n.º 10.973/2004, Lei n.º 13.243/2016, Decreto Federal n.º 9.283/2018, Lei Estadual n.º 8.426/2016 e Decreto Estadual n.º 1.713/2021) e alterações posteriores, com a Resolução 19.472 do TCE/PA, o Manual de Prestação de Contas da FAPESPA e com as Portarias n.º 152/2022 – Gabinete/FAPESPA e a Portaria n.º 092/2021 – Gabinete/FAPESPA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

O presente Termo de Outorga tem origem na Chamada n.º XX/2024 – Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação.



Subcláusula Única. Integram esse Termo de Outorga, independente de transcrição, a Chamada n.º XX/2024 – Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação, a Proposta/Projeto aprovado, o Plano de Trabalho, o Manual de Prestação de Contas da FAPESPA, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O apoio da FAPESPA, por meio de financiamento no montante previsto na Cláusula Terceira, à realização do Evento denominado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, a ser desenvolvido pelo(a) OUTORGADO(A), que ocorrerá no período de xxxx a xxxx, na xxxxxxxx, na cidade de xxxxxx/PA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO APOIO E CONDIÇÕES

O valor do presente Termo de Outorga é fixado em **R\$ xxxxxxxx (xxxxxxx)** destinado à cobertura de despesas, conforme especificado no Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho, integrante deste Termo de Outorga.

Subcláusula Primeira. Os recursos financeiros destinados a apoiar este Termo de Outorga são provenientes da FAPESPA.

Subcláusula Segunda. O repasse de recursos ao(à) Outorgado(a) está condicionado à disponibilidade do Tesouro Estadual.

Subcláusula Terceira. As despesas previstas neste instrumento correrão, para o presente exercício, conforme abaixo:

Funcional Programática: 8699 - Promoção de Eventos Científicos e Tecnológicos.

Dotação Orçamentária: xxxxxxxx

Fonte: xxxxx

Natureza de Despesas: xxxxx

Subcláusula Quarta. Em exercícios futuros, correspondentes à vigência do presente Instrumento, a despesa com a execução do objeto ocorrerá à conta de dotações orçamentárias próprias para atendimento de despesas da mesma natureza.

Subcláusula Quinta. Os recursos financeiros poderão ser remanejados entre os itens dentro da mesma rubrica sem autorização prévia, no entanto, o remanejamento deverá ser justificado no processo de prestação de contas, conforme Parágrafo Único do item 8.2, da Chamada n.º XX/2024 – Apoio à Realização de Eventos Científicos, Tecnológicos e de Inovação.

Subcláusula Sexta. Caso requerido recurso complementar para evento que estimule a participação de cuidadores e cuidadoras, é vedada a utilização deste recurso para qualquer outra despesa ou solicitação de remanejamento durante a fase de acompanhamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação dos recursos será feita diretamente ao(à) OUTORGADO(A), em 01 (uma) parcela, de acordo com o especificado no Cronograma de Desembolso, constante do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o(a) OUTORGADO(A):

I - Estar adimplente com a Fazenda Estadual.

II - Não possuir registro no CADIN-PA e no SIAFE.

III - Estar em regular situação com outros instrumentos celebrados com a OUTORGANTE.

IV - Estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho e suas prestações de conta.

Subcláusula Segunda. Os recursos recebidos em decorrência deste instrumento serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, no Banco do Estado do Pará.

Subcláusula Terceira. Não haverá pagamento em caráter retroativo ou cumulativo, nem com data anterior ou posterior à assinatura deste Termo de Outorga.

Subcláusula Quarta. Os recursos do presente Termo de Outorga deverão ser aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade ou até a data da devolução do saldo remanescente.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE OUTORGA

O prazo de vigência deste instrumento será contado a partir da data de sua assinatura até 30 (trinta) dias após o fim da realização do Evento.

Subcláusula Primeira. A vigência dos instrumentos jurídicos, conforme o § 3º, do art. 9-A, da Lei n.º 10.973/2004, deverá ser suficiente à plena realização do objeto, admitida a prorrogação, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. A prorrogação do prazo de execução do projeto e de vigência deste Termo de Outorga não importará no aporte de novos recursos, além dos já previstos na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

I – DA FAPESPA:

a. Transferir ao(à) OUTORGADO(A) o valor total previsto na Cláusula Terceira, de acordo com a programação orçamentária e financeira da OUTORGANTE e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho.

b. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto desse instrumento, comunicando ao(à) OUTORGADO(A) quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos.

c. Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Outorga e do seu Plano de Trabalho.

d. Analisar a prestação de contas relativa a esse Termo de Outorga, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não, na forma e prazo fixados previstos na legislação vigente.

II – DO(A) OUTORGADO(A):

- a. Dedicar-se às atividades pertinentes à proposta aprovada.
- b. Cumprir integralmente o objeto deste Termo de Outorga e suas cláusulas, regulamentos, anexos, manuais e legislação aplicável.
- c. Conhecer, concordar e atender integralmente às exigências e às normas que regem o auxílio concedido.
- d. Responsabilizar-se pela perfeita aplicação do recurso concedido, de acordo com sua finalidade, não podendo, em hipótese alguma, destiná-lo a fins diversos, sob pena de devolução dos recursos recebidos, monetariamente corrigidos e acrescidos de juros, além de outras sanções aplicáveis.
- e. Aplicar os recursos financeiros repassados por meio deste Termo de Outorga na consecução de seus objetivos, sendo vedada, em qualquer hipótese, a incorporação de tais recursos financeiros ao seu patrimônio, os quais não serão caracterizados como receita própria.
- f. Aceitar qualquer avaliação e fiscalização que a OUTORGANTE julgar conveniente proceder, bem como se comprometer a prestar quaisquer informações adicionais solicitadas, em um prazo máximo de 15 (quinze) dias de sua solicitação.
- g. Propor alterações ao Projeto/Plano de Trabalho para prévia análise e deliberação da OUTORGANTE, quando for o caso, desde que não se altere o objeto.
- h. Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a este instrumento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto.
- i. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica na execução do objeto estabelecido neste instrumento, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela FAPESPA ou pelos órgãos de controle.
- j. Divulgar o apoio da FAPESPA em quaisquer atividades referentes ao objeto deste Termo de Outorga.
- k. Toda correspondência, via correio ou via eletrônica (*e-mail*), enviada à OUTORGANTE, referente ao presente instrumento, deverá explicitar o número do Termo de Outorga correspondente.
- l. Não ter pendências junto ao Setor de Prestação de Contas da OUTORGANTE.
- m. Observar, durante todo o período de vigência do instrumento, os princípios constitucionais norteadores da atuação pública, em especial: a legalidade, o interesse público, a moralidade e a impessoalidade em todos os atos relacionados ao apoio concedido.

n. Comunicar, formalmente, à OUTORGANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ocorrência de eventos que poderão ou estão a afetar a execução normal das atividades do projeto, permitindo a adoção de providências imediatas.

o. Quando solicitado pela OUTORGANTE, o(a) OUTORGADO(A) deverá preencher formulário de avaliação e acompanhamento do projeto aprovado.

Subcláusula Primeira. O(A) Outorgado(a) e a equipe envolvida no Evento se dispõem a colaborar com a OUTORGANTE, como pareceristas *Ad Hocs*, em assuntos de suas especialidades, sempre que requisitados.

Subcláusula Segunda. Sempre que, em virtude do apoio concedido, for produzido trabalho técnico ou científico de divulgação, deverá seu autor fazer, neste, expressa referência ao apoio da FAPESPA e fornecer 01 (um) exemplar da obra publicada à FAPESPA.

Subcláusula Terceira. O descumprimento das obrigações previstas nessa Cláusula sujeita o(a) OUTORGADO(A) às penalidades previstas nesse instrumento e outras previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Outorga deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas, o Manual de Prestação de Contas da Fapespa e as normas de regência, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Única. É vedado ao(à) OUTORGADO(A), sob pena de rescisão do ajuste, além de outras sanções aplicáveis:

I - Utilizar os recursos em desacordo com o plano de trabalho ou em finalidade diferente da estabelecida no Termo de Outorga, ainda que em situação de emergência.

II - Realizar despesas com taxa de administração, de gerência ou similar, taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos.

III - Realizar despesas em data anterior e/ou posterior à vigência do Termo de Outorga.

IV - Pagar, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

V - Transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres.

CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO TERMO DE OUTORGA

Eventuais ajustes, prorrogação de vigência e demais alterações poderão ser realizados durante a execução do instrumento, mediante proposta do(a) OUTORGADO(A), devidamente formalizada e justificada, observadas as vedações relativas à execução das despesas, a ser apresentada à OUTORGANTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do término da vigência.

Subcláusula Única. Fica vedada a alteração do objeto pactuado e o desvirtuamento de sua natureza.

CLÁUSULA NONA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

- I. Durante a execução do Termo de Outorga, a OUTORGANTE realizará o monitoramento e a avaliação do Projeto, devendo observar os objetivos, o cronograma, o orçamento, as metas e os indicadores previstos no Plano de Trabalho.
- II. O OUTORGADO deverá apresentar Formulário de Resultado Parcial, anualmente, quando for o caso, ou a qualquer momento, quando solicitado pela OUTORGANTE, durante toda a vigência do Termo de Outorga.
- III. A OUTORGANTE acompanhará periodicamente a execução do Plano de Trabalho, de modo avaliar os resultados atingidos com a execução do objeto e de maneira a verificar o cumprimento do Projeto e a relação entre os objetivos, as metas e o cronograma propostos e os resultados alcançados, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no Plano de Trabalho, e em normativos internos.
- IV. Durante o monitoramento a OUTORGANTE apontará as ocorrências relacionadas com a consecução do objeto, adotará as medidas para a regularização das falhas observadas e deverá manifestar-se fundamentadamente pela aprovação ou pela rejeição das justificativas.
- V. A OUTORGANTE indica o (a) Coordenador (a) de Projeto – CPROJ/DITEC como responsável pelo acompanhamento da execução do objeto deste Convênio, cabendo à área técnica emitir parecer quanto à execução do plano de trabalho e ao alcance das metas estabelecidas para o período considerado.
- VI. A Diretoria de Operações Técnicas – DITEC/FAPESPA será responsável pela emissão de Laudo Conclusivo sobre a execução do objeto deste Termo de Outorga.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos financeiros transferidos pela FAPESPA e dos rendimentos obtidos em aplicações no mercado financeiro consiste no procedimento de acompanhamento sistemático que conterà elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto do Instrumento e o alcance dos resultados previstos e deverá ser realizada em estrita observância ao Manual de Prestação de Contas vigente, à Portaria n.º 152/2022 – Gabinete/FAPESPA, de 21 de junho de 2022, disponíveis em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/prestacao-de-contas> e à legislação em vigor.

Subcláusula Primeira. Se, durante a análise da prestação de contas, a OUTORGANTE verificar irregularidade ou omissão passível de ser sanada, determinará prazo compatível com o objeto, para que o beneficiário apresente as razões ou a documentação necessária.

Subcláusula Segunda. Na hipótese de o relatório técnico e a prestação de contas final dos recursos recebidos não serem aprovados, o(a) OUTORGADO(A) efetuará a devolução dos recursos recebidos e indevidamente utilizados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento do recurso.

Subcláusula Terceira. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo de 60 (sessenta) dias após o término da vigência, o órgão ou entidade concedente, outorgante ou financiador notificará o parceiro,

fixando o prazo máximo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, para a apresentação da prestação de contas, sob pena de rejeição da prestação de contas e demais medidas cabíveis.

Subcláusula Quarta. A OUTORGANTE registrará a inadimplência no Sistema de Execução Financeira e Orçamentária do Estado do Pará – SIAFE, se, ao término do prazo estabelecido, o(a) OUTORGADO(A) não atender à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ANTINEPOTISMO

As partes estabelecem que fica vedada a contratação direta ou indireta de familiares dos Agentes Públicos que exerçam cargo ou função de confiança, envolvidos na execução deste Termo de Outorga, nos termos dos Arts. 2º inciso III e 7º do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Termo de Outorga, o(a) OUTORGADO(A), no prazo de 60 (sessenta) dias do Evento, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOUREO ESTADUAL, os saldos financeiros remanescentes, incluídos aqueles provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, devidamente atualizados monetariamente.

Subcláusula Primeira. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, sem prejuízo da inscrição do(a) OUTORGADO(A) em cadastros de restrições devidos.

Subcláusula Segunda. Deve ser restituído o valor total transferido pela OUTORGANTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Estadual, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

- I. Quando não for executado o objeto do instrumento.
- II. Quando não for apresentada a prestação de contas, parcial e/ou final, no prazo fixado neste instrumento.
- III. Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento.
- IV. Quando constatada irregularidade que resulte prejuízo ao erário no montante deste.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

No caso das atividades realizadas originarem resultados materiais representados por inovações tecnológicas, invenções, aperfeiçoamentos e novos conhecimentos aplicáveis às atividades econômicas produtivas e propiciarem incrementos do seu desempenho, aumento da produtividade dos fatores envolvidos, otimização do uso de recursos e insumos ou, ainda, criações intelectuais passíveis de proteção, as partes obedecerão às determinações da Lei de Inovação, n.º 10.933, de 02 de dezembro de 2004, regulamentada pelo Decreto n.º 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, observando-se as normas da FAPESPA, especialmente a Lei Federal n.º 9.279/96 (Lei de Propriedade Industrial), Lei Federal n.º 9.609/98 (Lei de Programas de Computador), Lei Federal n.º 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), Decreto Federal n.º 2.553/98 (que dispõe sobre a obrigatoriedade de premiação aos inventores de instituições públicas), Lei Federal n.º 10.973/04 (Incentivos à

Inovação e à Pesquisa Científica e Tecnológica no Ambiente Produtivo), Decreto Federal n.º 9.283, de 7 de fevereiro de 2018 e as demais disposições legais vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RESULTADOS ECONÔMICOS

Os ganhos econômicos (*royalties*) auferidos em eventual exploração dos resultados do Evento, inclusive na hipótese de transferência do direito de exploração a terceiros, serão partilhados entre as partes, na proporção equivalente ao montante do valor agregado, investido na pesquisa, inovações e proteção à propriedade intelectual, cujos percentuais serão definidos em instrumentos jurídicos específicos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CONFORMIDADE COM AS LEIS ANTICORRUPÇÃO

As partes deverão tomar todas as medidas necessárias, observados os princípios de civilidade e legalidade, e de acordo com as boas práticas organizacionais para cumprir e assegurar que todos os envolvidos no Projeto, direta ou indiretamente, obedeçam a todas as leis aplicáveis, incluindo àquelas relativas ao combate à corrupção, suborno e lavagem de dinheiro, bem como àquelas relativas a sanções econômicas, vigentes na jurisdição em que as partes estão constituídas, para impedir qualquer atividade fraudulenta por si ou por uma Parte Relacionada com relação ao cumprimento deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade do(a) OUTORGADO(A) adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias à execução do objeto deste instrumento (Comitê de Ética, no caso de experimentos envolvendo seres humanos; EIA/RIMA, na área ambiental; autorização da CTNBio, em relação à genoma; da FUNAI, em relação às áreas indígenas e outras, no caso em que a natureza do objeto exigir).

Subcláusula Única. Coordenadores brasileiros de projetos de pesquisa, relacionados à biodiversidade, devem observar a legislação em vigor (Lei n.º 13.123, de 20 de maio de 2015) para autorizações de acesso, coleta e remessa de amostras e concessão de vistos de entrada no País aos estrangeiros participantes do Evento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Termo de Outorga poderá ser:

I - Denunciado a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, formalizada por escrito, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

II – Rescindido pela OUTORGANTE, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas.
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado.
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

Subcláusula Única. A rescisão do Termo de Outorga, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Serão observadas pela OUTORGANTE e pelo(a) OUTORGADO(A) as regras previstas na Lei Federal n.º 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), caso, ao ser executado o projeto, haja coleta ou processamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICIDADE

A publicação do extrato do presente instrumento no Diário Oficial do Estado do Pará é condição indispensável para sua eficácia, devendo ser providenciada pela OUTORGANTE no prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- I. O auxílio financeiro aprovado pela OUTORGANTE não gera nenhuma espécie de relação e trabalho, inclusive relação empregatícia, entre a OUTORGANTE e o(a) OUTORGADO(A).
- II. O pessoal envolvido na execução do Projeto/Plano de Trabalho não possuirá vínculo de qualquer natureza com a OUTORGANTE e desta não poderá demandar quaisquer pagamentos, sendo estes de inteira responsabilidade do(a) OUTORGADO(A)/instituição de execução do Projeto/Plano de Trabalho que o tiver empregado na sua execução.
- III. Ficam o(a) OUTORGADO(A) e a instituição de execução do Projeto/Plano de Trabalho responsáveis por ressarcir a OUTORGANTE por quaisquer despesas decorrentes de eventuais processos trabalhistas.
- IV. O processo somente será encerrado após a aprovação do relatório de execução do objeto do Projeto/Plano de Trabalho e desde que cumpridas todas as condições previstas neste instrumento e nas normas aplicáveis.
- V. A inobservância de dispositivos legais aplicáveis implicará o cancelamento imediato do auxílio financeiro aprovado e obrigará o(a) OUTORGADO(a) a ressarcir integralmente a OUTORGANTE de todas as despesas realizadas, atualizadas e acrescidas de juros nos termos da legislação, sem prejuízo da aplicação de penalidades cabíveis.
- VI. A OUTORGANTE se exime de qualquer responsabilidade de pagamentos adicionais que não estejam estritamente relacionados ao valor do auxílio.



VII. A OUTORGANTE não se responsabiliza por qualquer dano físico ou mental causado ao(à) OUTORGADO(A) e/ou à equipe envolvida com o projeto.

VIII. A OUTORGANTE reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente instrumento.

IX. O(a) OUTORGADO(A) reconhece que à OUTORGANTE compete exercer a autoridade normativa de monitoramento e avaliação sobre a execução do Projeto/Plano de Trabalho, bem como transferir a responsabilidade pelo projeto, mediante prévia concordância da OUTORGANTE, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade das atividades.

X. Ao aceitar o apoio financeiro, o(a) OUTORGADO(A) declara formalmente:

a) Ter ciência de que o apoio financeiro poderá ser cancelado ou suspenso em caso de ausência de repasse financeiro de eventual parceiro responsável pelo aporte.

b) Ter conhecimento de que a aceitação deste TERMO é feita sob pena da incidência nos artigos 297-299 do Código Penal Brasileiro, que trata sobre a falsificação de documento público e falsidade ideológica, respectivamente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, ao foro da Comarca de Belém-PA, na Cidade de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, sem prejuízo do uso da conciliação e compromisso dos interessados, inclusive com a celebração de termo de ajustamento de conduta ou de gestão, na forma do art. 141 da Lei Estadual n.º 8.972/2020.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma/01 via eletrônica, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local e Data:

OUTORGANTE

OUTORGADO(A)

Testemunhas:

1. _____ 2. _____